

Pauta e jeton

Economia - Brasil

A equipe econômica, que defende o Estado, passou o fim de semana trabalhando no pacote de 51 medidas para economizar R\$ 19,7 bilhões do Erário. O crítico não estará muito longe da razão se disser que a receita tem os ingredientes de sempre: anuncia mais arrecadação obtida com reajuste de tarifas e impostos e promete cortes nas despesas. Ou seja, o contribuinte pagará, ainda desta vez, a conta dolorosa, mas necessária, do ajuste das contas públicas e a burocracia estatal, por ele sustentada, apenas encenará a entrega de sua cota de sacrifícios no altar da Pátria.

Também não faltará razão ao cínico que constatar serem os economistas do governo pagos para a função de encontrar meios de arrancar mais recursos da sociedade para o Estado gastar. Para evitar que esse ato de depender deixe o frango exangue o cidadão só dispõe da defesa de sua representação no núcleo de decisões do poder republicano, ou seja, o Parlamento. Então, é de imaginar que, durante o serão da equipe econômi-



O pacote veio à luz no 1º dia útil da semana, mas a segunda-feira é o 4º dia inútil no Congresso

ca, deputados federais e senadores estivessem cuidando de evitar que fossem feitos estragos insuportáveis na economia corroída da sociedade. Qual o quê! As medidas vieram à luz no primeiro dia útil da semana, mas a segunda-feira é o quarto dia inútil no Congresso: não houve deliberação alguma em plenário ou comissão, mas apenas articulações, ou seja, conversa mole sobre medidas duras.

Dir-se-á que Suas Excelências passaram

o fim de semana ensolarado deste veranico de primavera — iniciado na quinta-feira e prolongado até segunda — ouvindo as bases. Mas terão ficado rouscos de tanto não ouvir, numa paródia invertida da frase famosa de um mineiro sabido, que foi colega deles. Dir-se-á, ainda, que nada do que deliberassem nas sessões da Câmara e do Senado alteraria a hora do Brasil nem evitaria o aumento de 10% sobre o Imposto de Renda a pagar, que, no fundo, é o que interessa mesmo, nas medidas anunciadas pelos prolixos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Antônio Kandir.

Mas é possível também concluir dali que a pauta do Congresso Nacional nada tem que ver com a agenda da sociedade. Como a Federação e o Orçamento da União, a pauta do Poder Legislativo é uma peça de ficção, pelo menos do ponto de vista de quem tem de viver a vida real. Por isso, Celso Pitta, que é prefeito de São Paulo, e não de Manaus, é tão grato a Gilberto Miranda, representante do Amazonas, pelos serviços prestados no Senado, e Marcello Alencar, governador do Rio, deve tantos favores a Ney Suassuna, que quer ser prefeito da Barra da Tijuca e, enquanto o município, mais um, não sai da prancheta, pretende disputar eleição para o Senado pela Paraíba. Esta vem, aliás, a ser a boa chance de legitimar o mandato, que não conquistou na festa das urnas, onde os votos entram, mas pela brecha da suplência, normalmente aberta a golpes de picareta.

O governo teve uma excelente razão para fazer plantão no fim de semana: se não tivessem sido tomadas as providências que foram tomadas, a estabilidade da economia, prioridade na agenda da sociedade, afundaria na areia movediça dos mercados financeiros internacionais. Tem também um motivo razoável para injetar mais sangue de contribuinte do que suor de burocrata nas veias

combalidas da economia: a Constituição, se não impede, dificulta a segunda opção. Isso ocorre porque o Congresso, quando trabalha, de terça a quinta, faz tudo para evitar que os privilégios da burocracia sejam pulverizados pelas reformas.

Parte do torpor do Poder Legislativo se explica pelo fato de estarem os parlamentares das bancadas ditas de apoio ao governo e seus apadrinhados entre os maiores beneficiários desse sistema de benesses. A outra parte se deve à insistência da oposição em sua opção pela pobreza (dos outros), magnificamente descrita por seu principal líder, o eterno pretendente petista ao trono, Luiz Inácio Lula da Silva. Parodiando o cândido pragmatismo do embaixador Rubens Ricupero, Lula explicou: "Da mesma forma que o governo utiliza o que é bom favorável a ele, temos de utilizar tudo o que não é bom para a sociedade favoravelmente a nós."

Assim, ficou esclarecido que, enquanto a reforma política não vier, o Congresso se pauta pelo refrigerio dos fisiológicos e pela desgraça da maioria, com a qual a minoria de esquerda quer pagar o ingresso para o espetáculo do poder, iluminado por verbas a fundo perdido e jetons.